

# REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A NOVA GEOGRAFIA DO COCO

## PRODUCTIVE RESTRUCTURING AND THE NEW COCONUT GEOGRAPHY

**Leandro Vieira Cavalcante**

Mestre em Geografia – Universidade Estadual do Ceará  
leandro.cavalcante@hotmail.com

### **Resumo**

O objetivo principal deste trabalho é compreender como se organiza a nova geografia do coco no Brasil, evidenciada a partir da reestruturação que atinge nacionalmente esse setor há aproximadamente duas décadas. Observa-se atualmente o desenvolvimento de um novo modelo de produção do fruto em virtude da reestruturação produtiva em curso, responsável por reorganizar o circuito espacial da produção de coco como um todo. Esse processo pode ser caracterizado, por exemplo, pelo aumento da quantidade produzida e da área plantada com o fruto, pela incorporação de novas tecnologias ao seu processo produtivo, pela expansão dos cultivos de coqueiro híbrido, pela popularização e internacionalização do consumo de água de coco, pela consolidação de seu setor agroindustrial e pela dispersão espacial produtiva de coco por todas as regiões do país. Tudo isso vem acarretando uma série de implicações no uso e ocupação do espaço agrícola e na organização das relações sociais de produção, trazendo significativos rebatimentos socioespaciais e territoriais, que dão uma nova configuração à geografia brasileira do coco.

**Palavras-chave:** Produção de coco. Reestruturação produtiva. Modernização da agricultura.

### **Abstract**

This work aims to better understand how the new coconut geography is organized in Brazil, after a sparkling restructuring that has been nationally reaching it for two decades. It can be easily seen the development of a new fruit production model due to the restructuring in process that it was also responsible for reshaping the whole coconut sector. This process is defined by the increasing of cultivated area as well as its fruit, the use of new technologies, the expansion of hybrid coconut cultivation, the popularization and internationalization of coconut water consumption, consolidation of the agro-industrial sector, and by productive spatial dispersion of coconut for all regions of the country. All these issues have brought consequences to the land usage as well as to the social relations of production, bringing significant socio-spatial and territorial repercussions which give a new configuration to the Brazilian coconut geography.

**Keywords:** Coconut production. Productive restructuring. Agricultural modernization.

## Introdução

Especialmente no decorrer das últimas quatro décadas, a agricultura brasileira passou a receber, com mais intensidade, influência direta da tecnologia, da ciência e da informação, signos do atual período histórico chamado por Santos (1996, 2009) de técnico-científico-informacional, que tem na globalização da produção e do consumo um de seus pilares fundamentais, conforme afirma Elias (2003a, 2007). Com isso, é patente a intensificação de um processo de reestruturação produtiva da agricultura nacional, responsável por modernizar e reorganizar o cultivo de diversos gêneros agrícolas, notadamente aqueles voltados para atender importantes parcelas do mercado consumidor, seja ele nacional e/ou internacional, alterando a configuração e o conteúdo de seus circuitos espaciais produtivos e implicando em novos usos do território ao reestruturar suas tradicionais formas de produção, comercialização, distribuição e consumo.

Em virtude da consecução dessa reestruturação produtiva da agricultura, assiste-se o desenrolar de uma nova geografia da produção agrícola no Brasil, culminando em uma nova configuração socioespacial no campo, representada sobretudo pela reorganização dos espaços rurais e das relações sociais de produção, que tiveram de se adaptar às novas exigências impostas pelo atual modelo produtivo, cada vez mais exigente em capital e tecnologia. A partir dessa reestruturação produtiva, o Brasil se consolidou como um dos maiores produtores e exportadores mundiais de gêneros agrícolas, com destaque para o café, a cana-de-açúcar, a soja, o milho, o algodão e frutas como laranja, banana, melão, mamão e manga, que tiveram seus processos produtivos modernizados, abrindo margem para o desenvolvimento de uma agricultura de caráter mais científico, como ilustra Santos (2003), elevando os índices de produtividade do campo e transformando o país em uma das principais potências agrícolas de nosso tempo.

Recentemente, essa reestruturação produtiva da agricultura brasileira passou a se expandir também para produtos considerados mais “tradicionais”, cultivados regionalmente e que até há bem pouco tempo não despertavam o interesse do grande capital, a exemplo dos cultivos de caju, coco, açaí, graviola, acerola, entre outros, inaugurando um novo modelo de produção para tais frutas e contribuindo sobremaneira na reconfiguração dos usos dos espaços nos quais elas são cultivadas. Desse modo, segundo Fabrini (2008, p. 36), nota-se que “o campo brasileiro está em constante transformação e conseqüentemente, a cada momento, são acrescentados novos conteúdos que pedem à ciência, interpretação”, cabendo, portanto, a realização de novos estudos que

deem conta do entendimento dos inúmeros processos que agem remodelando os espaços rurais e os cultivos agrícolas, segundo propõe Jean (2003).

É nesse contexto que se insere a atual organização produtiva do coco no Brasil. Especialmente a partir de meados de 1990 a produção desse fruto vem mudando consideravelmente, realizada desde então nos moldes da agricultura de mercado, sendo cultivado em larga escala e com significativa utilização de capital, e da agricultura científica, através da inserção de tecnologia e ciência à produção, indicando a conformação de uma importante reestruturação produtiva do setor do coco<sup>1</sup>. Infere-se que anteriormente não existia um cultivo de coco nacionalmente estruturado no país, uma vez que o fruto era produzido sobretudo em comunidades litorâneas do Nordeste e em pequenas quantidades nos moldes do extrativismo, não conhecendo ainda sua racionalização pelo modo de produção capitalista. Hoje, no entanto, observa-se a configuração de um novo modelo de produção de coco no Brasil, responsável pelo desenrolar de dinâmicas socioespaciais das mais diversas, conforme apresentado por nós em Cavalcante (2012, 2014, 2015).

A partir dessa reestruturação produtiva nota-se a difusão de uma outra maneira de se produzir coco no Brasil, dando origem a uma nova geografia do coco, significativamente distinta da já existente. Essa nova geografia do coco pode ser caracterizada pelos seguintes processos, entre outros: expressivo aumento da quantidade produzida e da área plantada com o fruto, impulsionada principalmente pelo considerável aumento do consumo de água de coco e pela expansão do cultivo de coqueiros anão e híbrido; incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo agrícola, com a utilização de modernos insumos e implementos na produção; consolidação de determinados agentes, notadamente grandes empresas agrícolas, agroindustriais e de pesquisa; dispersão espacial da produção do fruto por todas as regiões do país, anteriormente concentrada basicamente no Nordeste.

Infere-se que somente através de uma análise mais aprofundada é que se podem perceber as novas relações que se dão no novo sistema de produção do coco a partir da reestruturação produtiva que atinge o setor. Nesse sentido, este trabalho visa apresentar algumas das principais características dessa nova geografia do fruto no Brasil, atentando para a identificação e análise de algumas dinâmicas socioespaciais observadas a partir da materialização desse processo, em especial a modernização do seu cultivo, a reorganização de seu circuito espacial de produção e a sua dispersão espacial produtiva

pelo país. Destaca-se que neste artigo estamos apresentando apenas alguns dos resultados de uma investigação maior acerca dos rebatimentos socioespaciais advindos com a reestruturação produtiva do setor do coco<sup>2</sup>.

### O contexto da reestruturação produtiva

Para compreender a organização da nova geografia do coco no Brasil, é necessário refletir inicialmente sobre as discussões em torno da noção de “reestruturação produtiva”, tomando as considerações lançadas por Soja (1988, 1993) como uma das principais referências<sup>3</sup>. Em linhas gerais, o autor (1993) entende a reestruturação como uma “mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política” (p. 193), implicando “fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança” (p. 194). Assim, a reestruturação deve ser entendida enquanto um processo, devendo ser tomada como sinônimo de reorganização e de reajustamentos.

Destaca-se que essa reestruturação é, antes de tudo, uma reestruturação capitalista (SOJA, 1993), aparecendo como uma luta contra a rigidez do sistema capitalista (BENKO, 2002), como uma forma de ajustamento desse sistema de produção às novas necessidades impostas pelo mercado globalizado de bens e serviços e pelo atual período histórico, marcado por um regime de acumulação flexível do capital (HARVEY, 1992). Esse regime é caracterizado por uma flexibilidade dos processos e dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo, e ainda pelo surgimento de novos setores de produção, segundo aponta Harvey (1992) e conforme observado atualmente em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil.

Quando essa reestruturação capitalista se expressa no plano produtivo, capaz de implicar profundas modificações na maneira como se organiza uma determinada produção, estamos diante de uma “reestruturação produtiva”, definida por Gomes (2011) como um processo de mudança espacial, social, tecnológica e organizacional, reconfigurando tudo o que está sendo produzido. A autora explica também que essa reestruturação implica sempre uma *mélange* e uma tensão entre o velho e o novo, entre as formas já previamente instaladas no espaço e os novos conteúdos advindos desse processo, como também indica Soja (1988). Nesse sentido, a reestruturação produtiva, apesar de dotar novos conteúdos ao espaço, não consegue eliminar as rugosidades

advindas de tempos anteriores e nem substituir completamente as relações sociais de produção já estabelecidas, mas sim reorganizá-las.

Alves (2008) alerta, entretanto, que a reestruturação produtiva não envolve apenas a produção propriamente dita, mas ultrapassa o processo produtivo em si e atinge diversos setores, inserindo em uma mesma lógica uma série de diferentes espaços e agentes. Já Benko (2002) destaca que o regime de acumulação flexível, capaz de levar a uma reestruturação das atividades produtivas, induz uma reorganização do espaço e da sociedade, não se expressando apenas no plano econômico, mas influenciando também as dimensões espacial e social. De acordo com Alves (2008, p. 09), “ao restringir o processo de reestruturação produtiva apenas à sua dimensão econômica propriamente dita, oculta-se, hoje, mais do que nunca, traços essenciais da reestruturação capitalista”.

Assim, ao dar uma nova configuração ao espaço e à sociedade, a reestruturação produtiva surge enquanto fenômeno socioespacial (GOMES, 2011). Portanto, essa reestruturação implica mudança e reordenamento das diversas relações inseridas em um dado setor, sendo capaz de acarretar modificações na organização dos processos produtivos e das relações sociais de produção, promovendo reajustamentos nas dimensões sociais, econômicas e políticas e trazendo rebatimentos diretos na configuração espacial (SOJA, 1988). Dessa maneira, quando analisamos a reestruturação produtiva de um determinado setor, como o do coco, deve-se atentar também para suas implicações socioespaciais e não apenas para aspectos unicamente produtivos.

Conforme já indicado, esse processo atinge e reorganiza diversos setores, entre eles o agrícola. Quando essa reestruturação se materializa na agricultura, por exemplo, estamos diante do que Elias (2003ab, 2005, 2006, 2007) denomina de “reestruturação produtiva da agricultura”. Analisando o caso brasileiro, a pesquisadora considera que através desse processo foi possível intensificar o modo de produção capitalista no campo, modernizar a produção agrícola e reorganizar suas formas de comercialização, distribuição e consumo. A autora destaca também que atualmente a agricultura brasileira não escapa da nova ordem econômica e se realiza de forma globalizada, “se não na sua produção propriamente, na sua circulação, distribuição ou seu consumo, mostrando-se uma das atividades mais contagiadas pela revolução tecnológica” (ELIAS, 2003a, p. 59).

É em meio a essa nova configuração econômica e socioespacial global que está inserida a reestruturação produtiva do setor do coco no Brasil, diretamente influenciada por muitos dos mesmos processos que dinamizam o setor agrícola mundial e a economia

brasileira. Desse modo, deve ficar claro que o novo momento pelo qual passa a produção de coco não é algo que se dá de maneira isolada no contexto nacional. Devemos, pois, entender esse processo como um desdobramento da reestruturação produtiva da agricultura brasileira, que por sua vez é diretamente influenciada pelo regime de acumulação flexível característico da economia globalizada, que atinge todos os setores de produção, em maior ou menor escala.

Nesse sentido, ao analisar a reestruturação produtiva do setor do coco deve-se atentar para os inúmeros e importantes elementos que agem regulando os mais diversos setores produtivos. Além disso, sempre que nos referirmos a essa reestruturação estaremos evocando fatores responsáveis por dinamizar todo o circuito espacial produtivo do fruto, e não apenas sua produção agrícola. Dessa forma, e de um modo geral, deve-se entender a reestruturação produtiva do setor do coco como o conjunto de processos capazes de reorganizar todo o seu circuito produtivo, invadindo até mesmo as dimensões espaciais e sociais e trazendo fortes rebatimentos socioespaciais, uma vez que essa reestruturação não se expressa apenas no plano produtivo, como já foi dito. Tudo isso contribui para dar origem a uma nova geografia do coco.

Isso evoca uma questão de ordem eminentemente geográfica, pois compreender como se organiza a geografia do coco é ir para além desse aspecto meramente produtivo, é ver como o espaço e a sociedade são inseridos nesse movimento específico que remete à produção do fruto. Aprender essa geografia do coco, entre outras coisas, é identificar e perceber como se organizam os fixos e fluxos relacionados ao seu circuito espacial produtivo<sup>4</sup>; é investigar a configuração de seus espaços de produção, distribuição, circulação e consumo; é analisar de que maneira o global dinamiza o local e interfere no cultivo do fruto; é compreender o papel de cada um dos agentes inseridos em seu circuito espacial produtivo e analisar como eles se relacionam entre si, considerando seus interesses particulares e os conflitos associados; é atentar para o uso e apropriação do território por parte dessa produção e dos agentes que a dinamizam. Só assim é que será possível perceber os rebatimentos da reestruturação produtiva na organização do espaço e na configuração das relações sociais, como investigado em Cavalcante (2014, 2015).

### **A atual configuração da produção brasileira de coco**

Sobretudo a partir dos anos 1990 é válido afirmar que a produção brasileira de coco já não é mais a mesma, uma vez que agora ela é realizada em moldes intensivos e

inserida em uma agricultura de mercado, fortemente contaminada pela racionalidade do capital no campo, contrapondo-se a uma produção mais tradicional e de caráter de subsistência que predominava nesse o setor até o final do século passado. Foi somente a partir da reestruturação produtiva pela qual passa o setor do coco que se puderam edificar as bases para uma verdadeira reviravolta no cultivo desse fruto no país, dotando-o de atributos até então não observados. É essa atual configuração que estamos chamando de a “nova geografia do coco”.

Nota-se, de um modo geral, que em apenas 20 anos (de 1990 a 2010) a produção brasileira de coco mudou completamente, uma vez que o cultivo desse fruto deixa de ser realizado quase que exclusivamente por comunidades litorâneas localizadas no Nordeste do país e em pequenas quantidades sem a utilização de quaisquer insumos, passando a ser cultivado em larga escala em todas as grandes regiões e a receber importantes aportes de capital, ciência e tecnologia, levando ao desenvolvimento de uma nova maneira de se produzir coco, ampliando a quantidade produzida<sup>5</sup> e a produtividade.

Analisando os dados divulgados pelo IBGE (tabelas 1 e 2), verifica-se que de 1990 a 2010 essa produção de coco no Brasil obteve um aumento considerável, por volta de 158%. Já a área plantada com coqueiros acompanhou o aumento da produção do fruto, porém mais modestamente, tendo um crescimento de aproximadamente 28%, o que revela a expansão desse cultivo em território brasileiro. Associada ao aumento da área plantada e da quantidade produzida, a produtividade também obteve um crescimento importante, indicando uma modernização do processo produtivo do fruto, relacionado à difusão do uso de modernos insumos e implementos agrícolas e uma maior racionalização do processo produtivo.

**Tabela 1:** Brasil. Área plantada com coqueiros (em hectares), quantidade produzida de coco (em mil frutos) e produtividade (mil frutos/ha).

	1990	2000	2010
Área plantada	215.652	266.577	276.934
Quant. produzida	734.418	1.301.411	1.895.635
Produtividade	3,41	4,88	6,85

**Fonte:** IBGE/PAM. Elaboração: Cavalcante, 2013.

**Tabela 2:** Brasil. Área plantada com coqueiros (em hectares), quantidade produzida de coco (em mil frutos) e produtividade (mil frutos/ha). Variações absoluta e relativa (em %).

	Variação Absoluta			Variação Relativa		
	1990-2000	2000-2010	1990-2010	1990-2000	2000-2010	1990-2010
Área plantada	50.925	10.357	61.282	23,61	3,89	28,42
Quant. produzida	566.993	594.224	1.161.217	77,20	43,57	158,11
Produtividade	1,48	1,96	3,44	43,35	40,21	101,00

**Fonte:** IBGE/PAM. Elaboração: Cavalcante, 2013.

Esse aumento da produção, da área plantada e da produtividade está intimamente relacionado com o novo momento pelo qual passa o cultivo de coco. Percebe-se, grosso modo, que a expansão da produção desse fruto no Brasil está diretamente associada a três processos interligados em si: o aumento do consumo de água de coco, a proliferação do cultivo de coqueiros anões e híbridos e a modernização produtiva agrícola. Esses três processos, além de vários outros, como a crescente participação de empresas agrícolas e agroindustriais na regulação do setor do coco, vêm contribuindo para a dinamização de seu circuito espacial de produção, tornando-o ainda mais complexo.

A partir da reestruturação do setor, nota-se a coexistência de dois modelos produtivos de coco completamente distintos no Brasil: um centrado no cultivo de coqueiro gigante, voltado em especial para a produção de coco seco, e outro no cultivo de coqueiros anão e híbrido, destinados sobretudo à produção de coco verde. Assim, destaca-se que a reestruturação produtiva não atinge toda a produção de coco com a mesma intensidade, processando-se de maneira diferenciada e seletiva quanto ao cultivo dessas diferentes variedades de coqueiro. Percebe-se que o cultivo de coqueiro gigante é o menos incorporado ao contexto da reestruturação produtiva, uma vez que, em geral, sua produção ainda se dá fortemente baseada em moldes extensivos e semiextensivos, com uma rarefeita utilização de inovações técnico-científicas e agrônômicas, estando espacialmente concentrado quase que exclusivamente no litoral do Nordeste e apresentando uma crescente redução de seu cultivo nas últimas décadas.

Por outro lado, há uma expansão de áreas cultivadas com coqueiro anão e híbrido, que são a representação mais fiel da reestruturação produtiva em curso. Quando nos referimos à modernização da produção do fruto no Brasil estamos falando basicamente do cultivo dessas duas variedades, em ampla expansão por todo o território nacional, passando a ocupar até mesmo áreas não tradicionais no cultivo de coco, segundo indicam Fontes et al. (2002) e Martins e Jesus Júnior (2011). Motivados pelo aquecido mercado de coco verde no país, voltado para o consumo de água de coco, os produtores estão investindo cada vez mais no cultivo dessas duas variedades (imagens 1 e 2). Dessa maneira, a modernização da produção de coco passa a ser uma realidade apenas para os cultivos de coqueiro anão e híbrido, haja vista que foram essas as variedades mais contagiadas pela reestruturação produtiva e as que mais absorveram as inovações disponíveis para o cultivo do fruto.

**Imagens 1 e 2:** Cultivos de coqueiro anão e produção de coco verde.**Fonte:** Cavalcante, 2014.**Fonte:** Cavalcante, 2014.

Ademais, infere-se que é também nas áreas de cultivo de coqueiro anão e híbrido onde o capital encontrou meios mais favoráveis de se difundir e de se territorializar, uma vez que foram essas as áreas elencadas pelo agronegócio para alavancar a quantidade produzida do fruto, impulsionada pelo aumento do consumo de água de coco, favorecendo a inserção desse produto nos “circuitos globalizados da produção e do consumo” (ELIAS, 2003a, 2006). Desse modo, deve-se entender essa reestruturação produtiva em curso como algo setorialmente concentrado, já que somente os cultivos de coqueiros anão e híbrido foram inseridos nesse contexto. O capital preferiu intencionalmente atuar no cultivo dessas duas variedades em detrimento do coqueiro gigante, visto que elas dão retorno financeiro e renda consideravelmente maiores.

Além dessa expansão dos cultivos de coqueiro anão e híbrido, chama atenção também a difusão do modelo produtivo do agronegócio pelos coqueirais do país, ancorada no ideário de se perceber a produção de coco enquanto uma atividade econômica de enorme potencial de crescimento, denotando o avanço da agricultura de mercado no cultivo desse fruto, onde a acumulação de capital passa a ser a palavra de ordem. A propagação desse ideário pode ser facilmente observada, por exemplo, quando se conversa com alguns agentes que integram o setor com a finalidade de compreender o atual momento do cultivo de coco, como presidentes e diretores de algumas empresas e representantes do poder público, que agem fomentando a dinamização do setor e fazendo com o que ele continue em permanente processo de reestruturação, com vias a facilitar mormente a territorialização do grande capital.

Entre as principais empresas agrícolas que hoje atuam na produção de coco no Brasil e na disseminação do ideário de desenvolvimento centrado na difusão e territorialização do agronegócio, podemos citar: Sococo (que possui fazendas no Pará), Ducoco, Cohibra e

Unique (com fazendas no Ceará), Aurantiaca (na Bahia), PepsiCo e Queiroz Galvão (em Pernambuco) e Coco do Vale (na Paraíba). Essas empresas, que cultivam o fruto visando suprir basicamente as demandas de água de coco nos mercados nacional e internacional, estão entre os principais agentes, além de outros, que propagam a expansão do agronegócio do coco no país, contribuindo para acentuar ainda mais o avanço do grande capital na produção do fruto, altamente exigente em capital, tecnologia, trabalho, terra e água.

A análise da atuação dessas empresas revela, sobretudo, a acirrada atuação do grande capital no cultivo de coco, a partir da difusão do modelo produtivo do agronegócio, assentado exclusivamente no latifúndio, utilizando modernos insumos e implementos agrícolas, com um plantio de coqueiros basicamente anões e/ou híbridos e ainda com expressiva atuação no setor agroindustrial. Assim, se em períodos anteriores eram somente os pequenos produtores que cultivavam o fruto, hoje observamos também uma série de grandes empresas investindo fortemente no setor. Nota-se, nesse sentido, o novo contexto no qual a produção de coco no Brasil está inserida, especialmente quando se observam a difusão e a territorialização do agronegócio latifundiário, representado por grandes empresas, inclusive multinacionais (como Unique, Aurantiaca e PepsiCo), que passaram a produzir o fruto em larga escala.

### **Modernização e racionalização do processo produtivo**

Entre os processos que caracterizam a nova geografia do coco no Brasil está a difusão de diversas inovações técnico-científicas e agronômicas, levando a uma modernização da produção do fruto. Isso significou, especialmente, a incorporação de um novo modelo produtivo ao cultivo de coco, com o emprego de técnicas que anteriormente não eram, nem de longe, utilizadas pelos produtores, favorecendo o advento da agricultura científica voltada também para a produção desse fruto, levando a uma maior racionalização do setor com a utilização de aportes técnicos, científicos e informacionais, e reestruturando suas tradicionais formas de cultivo.

Observa-se pelos coqueirais do Brasil uma propagação de diversas inovações, como aquelas relacionadas ao uso de novos métodos de irrigação, a exemplo das práticas de irrigação localizada e totalmente automatizada, representada pelo uso dos microaspersores, em que cada coqueiro é irrigado individualmente e recebe uma quantidade exata de água. Esse método de irrigação por microaspersão é o mais utilizado atualmente pelos produtores de coco, especialmente por aqueles que se dedicam ao cultivo de coqueiro anão e híbrido,

visando a produção de coco verde para o consumo da água de coco. A irrigação localizada e automatizada vem revolucionando por completo a produção de coco no país, possibilitando inclusive a expansão desse cultivo para o interior nordestino, por exemplo.

Além disso, associada ao incremento do uso de microaspersores, há uma difusão do uso de técnicas de adubação que garantem maiores precisão e produtividade, sendo a mais importante dessas a técnica de fertirrigação, em que cada coqueiro vai receber uma quantidade pré-determinada de fertilizantes diluídos em água e aplicada pelos microaspersores. O uso da fertirrigação pelo produtor proporciona economia de fertilizantes e de mão-de-obra, maior eficiência na aplicação de nitrogênio e potássio e, conseqüentemente, aumento na produtividade, possibilitando um controle total da quantidade de fertilizantes que devem ser aplicados e uma maior otimização do tempo e, por sua vez, do trabalho.

Acrescida ao sistema de irrigação, observa-se a difusão de toda uma variedade de máquinas agrícolas que servem de apoio à produção de coco, como: arado, usado para arar o solo antes do plantio; roçadeira, bastante utilizada para fazer o controle das plantas que crescem em meio às linhas do coqueiral; trator, que serve tanto para puxar esses equipamentos, como para transportar a produção de coco recém colhida; pulverizadores motorizados, para a aplicação de agrotóxico – indiscriminadamente utilizado pelos produtores. O uso de todo esse maquinário agrícola é bastante recente e vem contribuindo para reduzir o tempo de trabalho destinado ao trato dos coqueiros, modificando sobremaneira as relações laborais associadas ao cultivo de coco, acirrando assim a divisão técnica e social do trabalho.

Vem se difundindo também toda uma série de defensivos, adubos e fertilizantes dos mais variados tipos. A aplicação de defensivos químicos (agrotóxicos), de fertilizantes à base sobretudo de amônia e ureia e de adubos orgânicos dos mais variados tipos vem aumentando consideravelmente nestas últimas décadas, onde a não utilização de todos esses insumos acaba por reduzir a produtividade dos coqueiros, segundo relatam os produtores. Enquanto anteriormente os coqueiros eram cultivados de forma extensiva, agora eles são altamente exigentes em tecnologia e capital, levando os produtores a ficarem cada vez mais dependentes das indústrias e das lojas revendedoras de insumos, bem como das inovações agora indispensáveis.

Cultivados atualmente de maneira intensiva, os coqueiros recebem cuidados constantes. Com isso, os chamados tratos culturais também foram readaptados às novas

exigências do setor, difundindo-se algumas inovações agronômicas que vêm modificando as tradicionais formas de produção de coco. Práticas como a gradagem do solo, a roçagem nas entrelinhas dos coqueiros e a cobertura do solo com restos de outras produções agrícolas passaram a ser bastantes difundidas entre os produtores. Além disso, vem-se adotando um sistema de espaçamento entre as árvores conhecido como triangulação, indicado para melhor distribuir os coqueiros em uma determinada área, obedecendo-se uma distância mínima entre cada um deles, que normalmente varia entre 7 e 10 metros, facilitando os tratos culturais e possibilitando a consorciação com outros produtos, contribuindo para padronizar a disposição das árvores e otimizar o uso do espaço.

Há também aqueles produtores, com mais recursos, que investem em análises foliar e de solo em laboratórios especializados, visando determinar as principais deficiências dos coqueiros e da área onde estão plantados; por vezes são os próprios produtores que fazem a coleta das folhas e de amostras de solo e as encaminham para esses laboratórios, que posteriormente enviam os resultados das análises via *e-mail*. Assim, fica patente que a racionalidade do capital tornou necessária a existência de formas mais eficazes de produção, alterando radicalmente as forças produtivas da agricultura, “visto que seus conjuntos técnicos anteriormente hegemônicos não condiziam com a racionalidade vigente no período tecnológico” (ELIAS, 2003a, p. 60).

A introdução de boa parte dessas inovações no cultivo de coco só foi possível a partir de investimentos realizados no setor de pesquisa científica, um forte indutor da modernização da produção agrícola, e em certos casos também da produção industrial. Segundo Elias (2003a), com a pesquisa científica foi possível reestruturar o conjunto de elementos técnicos empregados na agricultura, “transformando os tradicionais sistemas agrícolas e abrindo novas e inúmeras possibilidades à realização da mais-valia mundializada, por meio de um processo de fusão de capitais com os demais setores econômicos” (p. 60), e possibilitando sua completa racionalização.

De acordo com Costa e Gebara (2001), as pesquisas com coco no Brasil podem ser divididas em dois grandes momentos. O primeiro momento é marcado pelas tentativas de obtenção de novas variedades de coqueiro anão e por pesquisas que visavam maior eficiência na aquisição de mudas, mais resistentes e produtivas, atividades essas realizadas por grandes produtores e agrônomos de maneira quase que individual. Já o segundo momento é marcado pela forte presença do Estado, com uma cerrada intervenção iniciada em meados da década de 1980, período em que a Embrapa começa a ter uma

participação expressiva no que tange às pesquisas realizadas com coco, desenvolvendo uma série de experimentos e incorporando tecnologias ao processo produtivo.

Ainda hoje a Embrapa assume o destaque com pesquisas com coco no Brasil, sobretudo as unidades Tabuleiros Costeiros e Agroindústria Tropical, liderando e coordenando a maior parte dos estudos acerca da produção de coco no país, desenvolvendo novas tecnologias e gerando novas informações indispensáveis para a dinamização de seu processo produtivo. A Embrapa Tabuleiros Costeiros (localizada em Aracaju/SE) se destaca pela atuação direta na produção do coco, enquanto a Embrapa Agroindústria Tropical (localizada em Fortaleza/CE) se distingue pelas pesquisas com um direcionamento maior para o processamento industrial do fruto. Considera-se essas duas unidades da Embrapa como dois dos mais importantes agentes responsáveis pela reestruturação do setor de coco no Brasil, atuando diretamente na modernização dos processos produtivos agrícolas e industriais.

Além das pesquisas de responsabilidade da Embrapa, merece destaque também os estudos desenvolvidos pela Cohibra, empresa privada que concentra suas atividades do litoral do Ceará, no município de Amontada, e que começou suas pesquisas com o melhoramento genético de mudas de coqueiro em 1987, quando realizou o plantio de suas primeiras matrizes. Posteriormente, iniciou a produção de mudas de coqueiro híbrido para fins comerciais, sendo atualmente a maior empresa de pesquisa, produção e venda de híbridos do Brasil. A Cohibra é ainda a principal empresa privada do país que atua no ramo de pesquisa agrícola voltada para o cultivo de coco, possuindo também um relevante destaque internacional. O carro-chefe da Cohibra é o desenvolvimento de tecnologias para a produção de mudas de coqueiro híbrido, resultante das variedades anã e gigante.

Essa introdução de inovações e da ciência na produção de coco mostrou-se, antes de mais nada, como uma necessidade real para a territorialização do grande capital no processo produtivo do fruto, já que as barreiras naturais que impediam o pleno desenvolvimento dessa produção tiveram de ser transpostas visando dotar esse cultivo de uma maior racionalidade capaz de impulsionar a produtividade das árvores (SILVA, 1998; ELIAS, 2003a), elevando a produção de coco a patamares anteriormente inimagináveis, mas que já é uma realidade para diversos produtores, especialmente aqueles que podem pagar para ter acesso às novas tecnologias. A partir dessas inovações técnico-científicas e agronômicas foi possível abrir-se espaço para a reestruturação não só da produção agrícola, mas sim do setor do coco como um todo.

### Reorganização do circuito espacial produtivo

A reorganização do circuito espacial produtivo do coco, outro importante processo que caracteriza a reestruturação produtiva do setor, pode ser demonstrada, por exemplo, a partir da análise da expansão do consumo de água de coco e da consolidação de determinadas empresas especializadas no processamento industrial do fruto. Nota-se que essa reestruturação acaba fugindo de aspectos meramente agrícolas e passa a envolver ainda questões relativas ao mercado, ao consumo e ao processamento industrial, que fazem com que a nova geografia do coco no país passe a englobar temas que vão muito além dos já citados anteriormente, exigindo um maior esforço de apreensão da complexidade dos processos em curso.

Nesse sentido, o crescimento do consumo de água de coco é um dos processos que nos ajuda a entender a reestruturação produtiva do setor e a organização do mercado do fruto em âmbitos nacional e internacional. A expansão desse consumo vem alavancando consideravelmente a quantidade produzida com o fruto, especialmente do coco verde. Cavalcanti, Mota e Silva (2006, p. 138) apontam que a “expectativa do crescimento do mercado de água de coco tem animado os produtores a expandir suas áreas com espécies precoces”, a exemplo do coqueiro anão. Acerca disso, tais autores consideram que até mesmo ao coco, um produto tradicional do litoral nordestino, foram agregados novos atributos para dotá-lo de características adequadas à sua distribuição e ao seu consumo *in natura*, em atendimento às exigências de alguns setores de seu agora importante mercado consumidor.

Em virtude das investidas do mercado para explorar as qualidades nutricionais da água de coco, seu consumo *in natura* está em larga expansão por todo o país desde meados dos anos 1990, e seu consumo em caixinhas Tetra Pak notadamente a partir dos anos 2010. Foi entre o final dos anos 1980 e começo da década de 1990 que o brasileiro passou a consumir um produto até então típico do verão e associado somente à ideia de praia, o coco verde, amplamente já consumido no litoral nordestino, tendo conquistado as praias do Rio de Janeiro e em seguida os principais centros urbanos do restante do país, com destaque para a cidade de São Paulo.

Esse consumo de água de coco é realizado sobretudo *in natura*, quando se adquire o coco ainda verde, como em barracas de praia, quiosques, bares, restaurantes, supermercados, centrais de distribuição. Entretanto, quando não é consumida *in natura*, a água de coco é adquirida armazenada em garrafinhas de plástico, em latinhas de

alumínio e em caixinhas de papelão tipo Tetra Pak, ampliando as possibilidades nas quais pode vir a ser consumida, representando um potencial de crescimento para um setor em ascendente expansão e abrindo novos canais de comercialização para esse produto. O consumo de água de coco envasada, isto é, armazenada em outros recipientes, cresce de acordo com o aumento da procura e, especialmente, com o desenvolvimento de novos equipamentos para o processamento da água nas fábricas e de novas tecnologias de armazenamento para ampliar o tempo de consumo do produto.

Uma das únicas maneiras de mensurar a expansão do consumo de água de coco processada (ou envasada) é analisando os dados divulgados pela Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas Não Alcoólicas (ABIR), que lançou entre os anos de 2003 e 2010 um levantamento do consumo de bebidas não alcoólicas no país. Conforme indicam os dados, o consumo de água de coco envasada no Brasil passou dos 18 milhões de litros em 2003 e chegou aos 61 milhões em 2010, um significativo crescimento de quase 235% em apenas sete anos. A previsão para 2012 lançada pela ABIR é que esse consumo tenha chegado aos 92 milhões de litros, o que representa um crescimento de mais de 50% se compararmos com o ano de 2010, indicando que esse consumo continua em progressiva expansão.

Destaca-se que esse crescente consumo de água de coco envasada não se dá apenas em terras brasileiras, mas também nos Estados Unidos e em diversos países da Europa, basicamente a partir desta última década. A considerável expansão do consumo de água de coco envasada nos Estados Unidos, além de favorecer as exportações brasileiras do produto, tem levado ao surgimento de dezenas de empresas especializadas na sua comercialização e distribuição. Apenas nesse país, por exemplo, podemos citar quatro dessas empresas, que estão entre as maiores revendedoras de água de coco do mundo: Vita Coco, a maior de todas; O.N.E. e Naked, adquiridas pela PepsiCo; e Zico Beverages, adquirida pela Coca-Cola Company. A entrada da PepsiCo e da Coca-Cola no mercado de água de coco já é um importante indicador para demonstrar o peso que esse setor adquire pelo mundo, fazendo com que as duas maiores companhias de refrigerantes do planeta se voltem também para o ramo do coco.

Com o *boom* do consumo de água de coco envasada em todo o mundo, as exportações brasileiras do produto cresceram significativamente. De acordo com os dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), entre 2000 e 2012 as exportações de água de coco pelo Brasil obtiveram um aumento de 278%, isso em apenas dez anos, passando

das 8,8 mil para as 33,4 mil toneladas, com uma tendência de continuidade desse crescimento. Ainda de acordo com esses dados, dentre todos os países para os quais o Brasil exporta destacam-se os Estados Unidos, responsáveis por adquirir em 2012 aproximadamente 72% do total exportado, quantidade essa obtida majoritariamente pela Vita Coco, que assume hoje o posto de maior empresa de revenda de água de coco do mundo, adquirindo esse produto com duas fornecedoras instaladas do Ceará.

Percebe-se, desse modo, que houve uma internacionalização do mercado e do consumo da água de coco, que deixou de ser um produto cultivado e adquirido exclusivamente por comunidades locais para se tornar um produto global e amplamente consumido em diversas partes do planeta, passando inclusive a despertar a atenção de grandes empresas multinacionais. Um outro fato que pode provar a internacionalização do consumo desse produto, por exemplo, é a incorporação da opção da compra de água de coco em grandes redes de *fast-food*, como Subway, McDonald's e Burger King, atingindo um mercado ainda maior e inserindo também o coco em um sistema alimentar cada vez mais globalizado, dinamizando seu circuito espacial produtivo.

Além de atingir fortemente o mercado do coco, a reestruturação produtiva do setor induz também uma reorganização do setor agroindustrial do fruto, favorecendo a expansão e a consolidação de determinadas agroindústrias, altamente especializadas na fabricação de leite de coco e coco ralado, e mais recentemente também de água de coco. É importante destacar que esse desenvolvimento do setor agroindustrial vai ter um impacto direto na produção agrícola, já que comumente o crescimento da demanda por matéria-prima faz com que o número de produtores aumente, elevando também a quantidade produzida do fruto.

No setor do coco, a produção agrícola e a produção industrial estão intimamente interligadas, já que uma mesma empresa controla diretamente, na maioria das vezes, essas duas atividades, diferentemente do que ocorre com inúmeros outros setores. Todas as principais agroindústrias do coco em atuação no Brasil, além de realizar o processamento industrial dos frutos, também os produzem em suas próprias fazendas, passando a ter um controle significativo do seu circuito espacial produtivo, levando a uma maior e intrínseca inter-relação entre agricultura e indústria, tal qual é explicitada por Oliveira (2010).

As principais empresas que atuam no setor do coco no Brasil são a Sococo e a Ducoco. Essas empresas, que funcionam simultaneamente como empresas agrícolas e agroindustriais, tiveram uma grande participação na reestruturação produtiva do setor do coco, ao introduzir e difundir uma série de inovações nos processos produtivos agrícola

e industrial do fruto, auxiliando no desenrolar do novo tempo da produção brasileira de coco. Juntas, elas controlam uma importante parcela do mercado de coco ralado, leite de coco e água de coco, e são atualmente as duas maiores empresas agrícolas e agroindustriais que atuam no ramo do coco no Brasil<sup>6</sup>.

Fundadas em Maceió (AL) em 1966 e em Itapipoca (CE) em 1982, respectivamente, a Sococo e a Ducoco guardam características bastante semelhantes, ambas possuindo diversas fazendas de produção de coco, onde são cultivados milhares de coqueiros, e várias unidades industriais dispersas por todo o país e distantes de seus estados de origem, o que lhes confere uma considerável atuação nacional no setor. Além disso, essas duas empresas produzem uma gama de diferentes tipos de produtos, indo muito além apenas dos derivados do coco, apesar de continuarem seus líderes de vendas, e são fornecedoras de água de coco para diversas empresas nacionais e internacionais.

A Sococo detém o maior plantio de coqueiro do Brasil, ocupando por volta de 22 mil hectares nas cidades de Moju e Santa Isabel, no Pará, e conta com duas unidades industriais instaladas em Maceió e Ananindeua (PA). A Ducoco, por sua vez, possui em torno de 10 mil hectares distribuídos em sete fazendas localizadas nos municípios de Itapipoca, Itarema e Camocim, no Ceará, além de unidades industriais em Itapipoca e Linhares (ES), com sede administrativa instalada em São Paulo (SP). Ambos os empreendimentos possuem também centrais de distribuição de seus produtos em todas as regiões do país, e adquirem os frutos que não são produzidos em suas fazendas com produtores e intermediários de praticamente todos os estados do Nordeste, e por vezes do Norte e Sudeste, ou até mesmo de países como Indonésia, Sri Lanka e Vietnã.

Além dessas duas empresas, destaca-se a paraense Amacoco, fundada em 1995 e adquirida em 2009 pela multinacional estadunidense PepsiCo, passando a ser chamada de Kero Coco. Essa compra da Amacoco pela PepsiCo significou, antes de mais nada, a ampliação do controle do capital internacional sobre o mercado brasileiro de água de coco. A empresa é atualmente a maior revendedora de água de coco no país, possuindo duas fazendas com cultivo de coqueiro anão em Petrolina (PE), somando por volta de 430 hectares, e mantendo unidades industriais em São Mateus (ES), Ananindeua (PA) e Petrolina. A Kero Coco produzia em 2010 apenas 20% do total processado nas fábricas e adquiria o restante com outros diversos produtores localizados em todo o Brasil, especialmente no Espírito Santo, no Pará e em Pernambuco.

Ademais, ressalta-se que essas empresas agroindustriais do coco, além de outras que poderiam ser citadas, tiveram um papel fundamental na reestruturação produtiva do setor, uma vez que elas favoreceram o aumento da demanda pelos frutos, levando cada vez mais novos produtores a investirem na atividade, o que contribuiu para a reconfiguração dessa nova geografia do coco no país e para uma maior imbricação entre agricultura e indústria. Com isso, a partir do desenvolvimento e da atuação dessas empresas, bem como através do aumento do consumo de água de coco, o circuito espacial produtivo desse fruto pôde ser largamente reorganizado, o que contribuiu para a inserção definitiva do coco na acirrada divisão internacional do trabalho, controlada por agentes exógenos aos locais de produção, conforme assegura Elias (2005, 2006).

### **A nova configuração espacial da produção de coco no Brasil**

Com a reestruturação produtiva do setor, erguem-se as bases para se desenhar um novo arranjo espacial relacionado ao cultivo de coco no Brasil. Desse modo, a nova geografia do coco no país pode ser caracterizada também pela dispersão espacial produtiva do fruto em direção às regiões não tradicionais nesse cultivo e por uma consequente consolidação de espaços que passaram a se especializar na sua produção, modificando sobremaneira a divisão territorial do trabalho e as dinâmicas socioespaciais observadas nesses novos espaços de produção de coco. Podemos notar isso quando analisamos a participação de cada uma das grandes regiões do país nesse contexto, bem como as produções estaduais, que apresentam características específicas no que tange à inserção in/direta na reestruturação em curso.

O coco começou a ser cultivado no Brasil pelos portugueses que aqui começaram a chegar depois de 1500, produção essa concentrada inicialmente em terras baianas. Martins e Jesus Júnior (2011, p. 15) indicam que a partir da Bahia, “o coqueiro disseminou-se pelo litoral nordestino, especialmente por ser uma frutífera típica de clima tropical onde encontrou condições favoráveis para cultivo, e posteriormente acabou se adaptando em outras regiões do país”. Até há bem pouco tempo falar em produção de coco no Brasil era o mesmo que falar em produção de coco no Nordeste, em virtude da quase exclusiva concentração de coqueirais nessa região. Os dados do Censo Agropecuário de 1980 nos indicam que essa região controlava sozinha 93% da produção nacional do fruto, concentrando também 95% da área plantada com coqueiros, comportamento esse relatado por Andrade (1964).

Depois de um longo tempo concentrada exclusivamente no Nordeste, essa produção se disseminou também para os estados do Pará e do Espírito Santo, somente no decorrer da década de 1980, passando a ser cultivado em escala comercial pela primeira vez também no Norte e no Sudeste. Assim, infere-se que até o início dos anos 1990 o cultivo de coco se restringia apenas às regiões Nordeste, Sudeste e Norte, apesar de ainda continuar sendo produzido majoritariamente no litoral nordestino, em áreas de planície litorânea e de tabuleiros costeiros – em uma região que ia basicamente do litoral da Bahia ao do Ceará –, além do nordeste do Pará e do litoral norte do Espírito Santo.

Esse quadro começou a ser alterado, entretanto, com a reestruturação produtiva do setor, que vem sendo responsável por desencadear uma dispersão espacial do cultivo de coco pelas cinco grandes regiões do país. Depois de já produzido em todo o litoral do Nordeste, no Pará e no Espírito Santo, o fruto passou a ser cultivado também no interior nordestino, sobretudo nos perímetros irrigados aí instalados, e nos outros estados do Norte e do Sudeste, como também no Centro-Oeste, por volta do começo dos anos 2000, e no Sul, apenas no início da década de 2010. A esse respeito, Cavalcanti, Mota e Silva (2006, p. 136) afirmam que “largamente cultivado no Nordeste em condições de sequeiro, principalmente por pequenos produtores, o coco é um produto em ascensão em diferentes regiões do Brasil”. Em muitos casos, isso se dá em virtude principalmente da difusão das inovações técnico-científicas e agrônômicas, que possibilitaram incrementar e ampliar o cultivo de coco por todo território nacional.

Conforme revelam os dados divulgados pelo levantamento da Produção Agrícola Municipal/IBGE (tabelas 3, 4 e 5), o Nordeste continua sendo o principal produtor de coco no Brasil, destacando-se tanto em quantidade de frutos produzidos quanto em total de área plantada, tendo sua produção duplicada em um período de 20 anos. Todavia os maiores crescimentos foram observados nas outras regiões, especialmente no período de 2000 a 2010. O cultivo do fruto obteve importante expansão em todas as regiões, com destaque para Sudeste, Centro-Oeste e Sul, com exceção apenas do Nordeste, onde se observa uma ligeira queda na área plantada em 2010. Ademais, todas as regiões apresentaram um aumento na quantidade produzida com coco.

Além do Nordeste, a região Norte também se destaca no quesito área plantada com coqueiros e quantidade produzida. Logo atrás vem o Sudeste, com uma área plantada em crescente ascensão, sendo uma das regiões que mais teve seu espaço agrícola ocupado com coqueiros nas últimas duas décadas, apresentando ainda uma produtividade de 14

mil frutos por hectare a cada ano, índice muito superior ao observado no Nordeste, que é de 5 mil frutos. Em seguida aparecem o Centro-Oeste e o Sul, com uma área plantada e quantidade produzida ainda irrelevantes se compararmos com as outras regiões, mas que já apresentam um crescimento importante, demonstrando o caráter nacional que a produção de coco possui atualmente.

**Tabela 3:** Regiões do Brasil. Produção de coco.  
Área plantada (em hectares) e quantidade produzida (em mil frutos).

		1990	2000	2010
Nordeste	Área plantada	199.746	232.426	224.293
	Quantidade produzida	619.698	932.960	1.297.528
Norte	Área plantada	13.352	18.120	28.493
	Quantidade produzida	104.053	162.175	255.048
Sudeste	Área plantada	2.551	14.144	20.411
	Quantidade produzida	10.646	186.239	300.517
Centro-Oeste	Área plantada	3	1.887	3.535
	Quantidade produzida	21	20.037	40.260
Sul	Área plantada	0	0	202
	Quantidade produzida	0	0	2.282
BRASIL	Área plantada	215.652	266.577	276.934
	Quantidade produzida	734.418	1.301.411	1.895.635

Fonte: IBGE/PAM. Elaboração: Cavalcante, 2013.

**Tabela 4:** Regiões do Brasil. Área plantada com coqueiros (em hectares).  
Variações absoluta e relativa (em %).

	Variação Absoluta			Variação Relativa		
	1990-2000	2000-2010	1990-2010	1990-2000	2000-2010	1990-2010
Nordeste	32.680	-8.133	24.547	16,36	-4,07	10,94
Norte	4.768	10.373	15.141	35,71	77,69	53,14
Sudeste	11.593	6.267	17.860	454,45	245,67	87,50
Centro-Oeste	1.884	1.648	3.532	62800,00	54933,33	99,92
Sul	0	202	202	0,00	20200,00	20200,00
BRASIL	50.925	10.357	61.282	23,61	3,89	28,42

Fonte: IBGE/PAM. Elaboração: Cavalcante, 2013.

**Tabela 5:** Regiões do Brasil. Quantidade produzida de coco (em mil frutos).  
Variações absoluta e relativa (em %).

	Variação Absoluta			Variação Relativa		
	1990-2000	2000-2010	1990-2010	1990-2000	2000-2010	1990-2010
Nordeste	313.262	364.568	677.830	50,55	39,08	109,38
Norte	58.122	92.873	150.995	55,86	57,27	145,11
Sudeste	175.593	114.278	289.871	1649,38	61,36	2722,82
Centro-Oeste	20.016	20.223	40.239	95314,29	100,93	191614,29
Sul	0	2.282	2.282	0	228200,00	228200,00
BRASIL	566.993	594.224	1.161.217	77,20	43,57	158,11

Fonte: IBGE/PAM. Elaboração: Cavalcante, 2013.

Os números de variação da produção de coco no Centro-Oeste e no Sul, e também no Sudeste, chegam a impressionar, uma vez que são regiões onde até há bem pouco

tempo era inviável, tanto física quanto economicamente, cultivar o fruto, mas que agora passaram a viabilizar esse cultivo devido, sobretudo, às inovações técnico-científicas e agronômicas e à expansão do mercado de água de coco, associadas à difusão dos cultivos de coqueiro anão e híbrido. Tudo isso contribuiu para que a produção brasileira de coco continue em ascensão, agora alavancada por todo o país e não mais apenas no Nordeste, modificando tanto a geografia da produção do fruto como também seu perfil produtivo.

Assim como as grandes regiões do Brasil ocupam um papel diferenciado na configuração espacial da produção de coco, percebe-se que os indicadores relativos a cada uma das Unidades da Federação (UFs) também revelam a existência de dinâmicas bem distintas. Em 2010, apenas cinco das 27 UFs ainda não apresentavam uma produção significativa de coco a ponto de aparecer nas estatísticas oficiais: Roraima, Amapá, Distrito Federal, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por outro lado, todas as demais já são produtoras de coco, algumas bem recentemente, como é o caso do Mato Grosso, do Tocantins e do Paraná, e outras com uma produção consolidada há um certo tempo, a exemplo da Bahia, do Ceará e de Sergipe, como também do Pará e do Espírito Santo, respectivamente os cinco maiores produtores do país (tabela 6)<sup>7</sup>.

**Tabela 6:** Principais Estados produtores de coco no Brasil. Área plantada (em hectares) e quantidade produzida (em mil frutos). Variações absoluta e relativa (de 1990 a 2010).

		1990	2000	2010	V. Abs	V. Relat
Bahia	Área plantada	48.564	78.270	76.985	28.421	58,52
	Quant. produzida	188.516	402.937	502.364	313.848	166,48
Ceará	Área plantada	35.431	37.316	44.224	8.793	24,82
	Quant. produzida	133.880	193.729	266.263	132.383	98,88
Sergipe	Área plantada	46.939	45.720	41.890	-5.049	-10,76
	Quant. produzida	99.053	91.985	253.621	154.568	156,05
Pará	Área plantada	10.442	17.084	23.960	13.518	129,46
	Quant. produzida	97.227	154.957	232.448	135.221	139,08
Espírito Santo	Área plantada	1.276	8.895	10.002	8.726	683,86
	Quant. produzida	3.669	132.487	149.899	146.230	3.985,55
BRASIL	Área plantada	215.652	266.577	276.934	61.282	28,42
	Quant. produzida	734.418	1.301.411	1.895.635	1.161.217	158,11

**Fonte:** IBGE/PAM. Elaboração: Cavalcante, 2013.

A Bahia é, historicamente, o principal palco da produção brasileira de coco, como já indicava Simões (1954). Em todo o extenso litoral do Estado, com 932 quilômetros de extensão, é possível encontrar vastos coqueirais, majoritariamente da variedade gigante, que garantem uma produção excepcional, chegando a mais de 500 milhões de frutos em 2010 (PAM/IBGE). Aí, a mais importante região de produção de coco é o litoral norte baiano, conhecido como Costa dos Coqueiros, margeado pela Estrada do Coco (BA-099),

que abriga algumas das maiores fazendas com coqueiros do país, configurando-se como um dos principais polos de cultivo de coco de todo o continente americano.

Já o Ceará também sempre foi um importante produtor de coco, de acordo com Cuenca e Nazário (2003). É nesse estado onde se localizam algumas das principais empresas agrícolas, agroindustriais e de pesquisa agrícola do país. Ao longo do litoral cearense é possível nos depararmos com inúmeros coqueirais, quase que exclusivamente da variedade gigante, localizados em meio a faixas de praia, restingas e dunas. Atualmente o cultivo do fruto vem sendo fortemente incrementado em áreas distantes da região litorânea, a exemplo dos perímetros irrigados localizados na região semiárida e que apresentam uma grande concentração de coqueiros anões e híbridos, alavancando a quantidade produzida com coco, conforme analisado em Cavalcante (2012, 2014, 2015).

Sergipe também é um grande produtor de coco, e foi um dos pioneiros nas áreas de pesquisa e de processamento industrial do fruto. Segundo afirmam Costa e Gebara (2001), o seu cultivo foi durante séculos uma das principais, e praticamente únicas, atividades econômicas do estado, que chegou a ser inclusive o segundo maior produtor nacional. Entretanto, a produção sergipana atravessa uma séria crise iniciada ainda no final do século passado, motivada pela queda do preço do coco seco e pela idade avançada dos coqueiros gigantes, com reduzida produtividade e mais suscetíveis às pragas, o que levou também a uma progressiva redução da área plantada.

Por sua vez o Pará, sobretudo a partir de pesados investimentos no plantio de coqueiros híbridos realizados pela Sococo desde o início dos anos 1980, tornou-se também um importante produtor nacional de coco. A ação empreendida pela empresa Sococo, em parceria com um órgão de pesquisa agrícola francês (o CIRAD), estimulou a expansão do cultivo de coco no nordeste paraense, principalmente depois de verificadas as excelentes condições edafoclimáticas para a realização dessa produção em plena Floresta Amazônica, que apresenta altos índices pluviométricos anuais. Desse modo, em um período de 20 anos, de 1990 a 2010, o Pará viu sua produção e área plantada com coco mais que duplicar (PAM/IBGE).

Já o Espírito Santo firmou-se nos anos 2000 como um dos mais importantes produtores nacionais de coco, desbancando inclusive estados nordestinos e ocupando hoje a quinta posição como o maior produtor do país. Entre 1990 e 2010 a área plantada com coqueiros em território capixaba aumentou cerca de 680%, produção essa realizada principalmente no litoral norte, enquanto a quantidade produzida teve um crescimento de

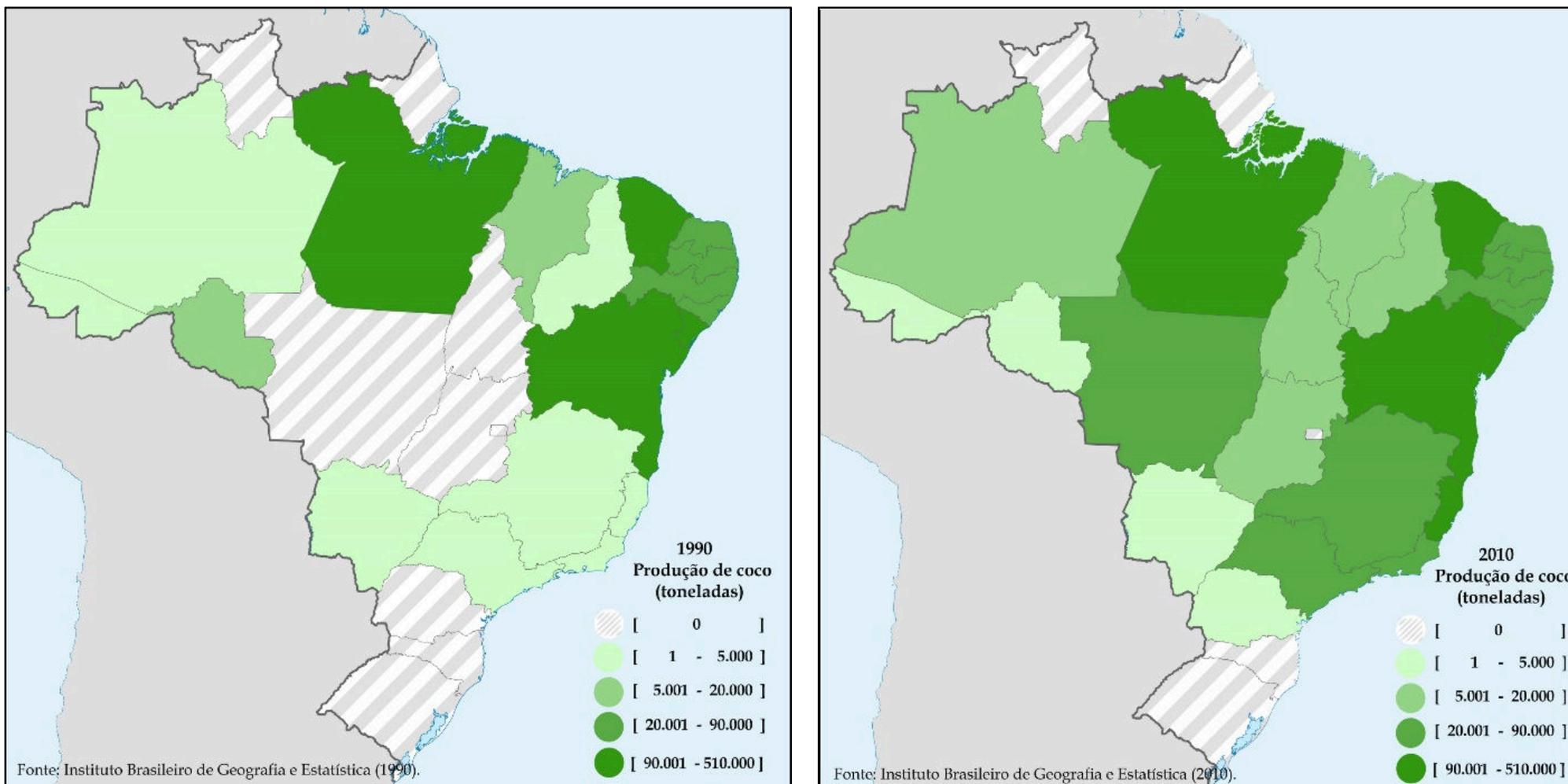
3 mil por cento no mesmo período (PAM/IBGE). Essa alavancada da participação capixaba na produção do fruto se dá essencialmente a partir de investimentos na modernização da sua produção, pela presença de grandes agroindústrias e pela proximidade com o mercado consumidor do Sudeste.

Além desses principais produtores, merece destaque também a recente alavancada na produção de coco em São Paulo, Mato Grosso, Tocantins, Paraná e Goiás, por exemplo, que apresentam juntos os maiores e mais significativos índices de crescimento da quantidade produzida, área plantada e produtividade (PAM/IBGE). Também motivados pelas perspectivas do ramo de água de coco, pela proximidade com o mercado e pelo desenvolvimento de cultivares de coqueiro anão e híbrido, aliados às inovações técnico-científicas, especialmente os adubos e os microaspersores, os produtores aí localizados estão investindo pesado em tecnologia e capital para expandir o cultivo do fruto, cuja produção já nasce moderna e inserida diretamente no contexto do agronegócio, voltado para abastecer o mercado com coco verde.

Nesse ínterim, percebe-se, de um modo geral, que está havendo uma dispersão espacial da produção de coco no Brasil, caracterizada pelo avanço da fronteira agrícola do fruto em direção ao semiárido nordestino e em direção às demais regiões, em especial Sudeste, Norte e Centro-Oeste. Na imagem a seguir (imagem 3), podemos observar a distribuição espacial do cultivo de coco no Brasil e sua evolução entre 1990 e 2010. Através desse cartograma é possível notar claramente essa dispersão espacial da produção de coco e em quais estados ela é mais significativa. Esse é apenas um dos retratos da nova geografia do coco no país, que continuará sendo modificada a partir dos rumos que tomará a reestruturação produtiva do setor.

Desse modo, infere-se que nestas últimas duas décadas vem se desenhando um novo arranjo espacial da produção de coco no Brasil, onde o cultivo do fruto passa a ser realizado nacionalmente e deixa de ser regionalmente localizado, incorporando novos espaços de produção à medida que o setor vem sendo reestruturado, modificando consideravelmente as paisagens do interior do país. Além disso, destaca-se que a recente expansão da produção de coco por todo o país demonstra que o cultivo desse fruto pode ser uma variável importante para auxiliar na compreensão de algumas das recentes transformações as quais vêm sendo observadas no espaço rural brasileiro contemporâneo. Em outras palavras, a compreensão da atual organização agrária e agrícola do Brasil também passa pelo entendimento da nova geografia do coco.

**Imagem 3:** Distribuição espacial da produção de coco no Brasil, por Unidades da Federação.



**Organização:** Cavalcante e Mendoza (2015). Retirado de Cavalcante (2015).

### Considerações finais

De um modo geral, a reestruturação produtiva do setor do coco significou, antes de mais nada, a emergência de um novo tempo, de um tempo marcado pelo ritmo do coco. Ao ter seu sistema produtivo modificado e ao passar a ser produzido em novos espaços, o cultivo do fruto induziu o desenrolar de uma série de novas dinâmicas anteriormente não observadas, alterando a forma e o conteúdo espaciais, que foram reorganizados visando atender a expansão da produção do fruto. Nesse sentido, Santos (1985, p. 68) considera que “cada produção organiza o espaço segundo uma modalidade própria”, e com o coco isso não foi diferente, já que o espaço teve de ser reorganizado em virtude da consolidação dos processos que marcam a nova geografia do fruto.

Além disso, a materialização dessa reestruturação produtiva mostrou o quanto ela pode ser excludente e conservadora, como abordado com mais profundidade em Cavalcante (2015). Tal processo veio acentuar ainda mais o caráter desigual de acumulação do capital no campo, agora observado com um maior vigor também na produção de coco, que não ficou à margem da territorialização do grande capital no espaço agrícola brasileiro, sendo fortemente incorporada aos circuitos globalizados da produção e do consumo e tendo seu processo produtivo modificado com o objetivo de aumentar os índices de produtividade e consequentemente os lucros.

Considera-se, pois, que o grande diferencial da nova geografia do coco no país é especialmente a materialização de uma reestruturação conservadora, caracterizada pelos seguintes processos, entre muitos outros: aumento da dependência e subordinação dos produtores; expansão dos conflitos por terra nas regiões de produção do fruto; agravamento de problemas ambientais relacionados ao uso indiscriminado de agrotóxicos e ao avanço da monocultura; redução da lógica camponesa de produção em detrimento da expansão das relações de produção tipicamente capitalistas; ampliação da solidariedade organizacional em detrimento da orgânica entre os agentes inseridos no setor; permanência da exploração dos trabalhadores; aumento do poderio de grandes grupos empresariais do ramo do coco; artificialidade dos espaços e das relações sociais.

Fora isso, outro processo que se esconde por detrás da reestruturação produtiva do setor do coco, muitas vezes não perceptível em um primeiro momento, é a territorialização do grande capital em seu circuito espacial produtivo. Capital esse que pode ser representado pelas empresas agrícolas, agroindustriais e de pesquisa científica,

pelos intermediários, pelas empresas de insumos, pelos latifundiários e empreendimentos estrangeiros, entre outros agentes, que passaram a determinar sobremaneira os rumos do circuito espacial produtivo do fruto. Nota-se que nem o coco escapou da racionalidade imposta pelo capital, que viu nesse fruto apenas mais um ramo passível de ser expandido e reestruturado, com um objetivo claro de fomentar a extração da mais-valia também nesse setor, que anteriormente se encontrava à margem do desenvolvimento de uma agricultura expressamente capitalista.

Nessa perspectiva, é necessário, portanto, aprofundar essa discussão acerca da nova geografia do coco, tentando revelar a real reestruturação pela qual o setor do coco passa e principalmente descobrir a quem ela verdadeiramente atende, abrindo margem para que novos estudos sejam iniciados com o fim de analisar esse processo com mais afincado. Assim, será possível avançar na compreensão de algumas das inúmeras nuances do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, tomando como base o que é observado atualmente na produção de coco, que é um reflexo da reprodução ampliada do capital no processo produtivo agrícola, regulado cada vez mais por pouquíssimos agentes que detêm o controle de grande parte dos circuitos espaciais produtivos no país.

## Notas

<sup>1</sup> Considera-se o “setor do coco” como algo que remete conjuntamente à produção agrícola do fruto e ao seu processamento industrial, comercialização, distribuição e consumo.

<sup>2</sup> Trata-se de nossa pesquisa de mestrado, realizada com bolsa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e que pode ser consultada em Cavalcante (2015).

<sup>3</sup> Soja (1988) assevera que passamos por três tipos de reestruturação: a ontológica (estabelecida pela relação entre o espaço, o tempo e o ser), a social (ou produtiva, atrelada a uma reestruturação espacial do capitalismo) e a cultural (ligada à desconstrução e à reconstituição da modernidade).

<sup>4</sup> Acerca do papel dos fixos e dos fluxos na dinamização do espaço geográfico, bem como acerca da configuração dos circuitos espaciais de produção, ver Santos (1994, 1996, 2009).

<sup>5</sup> O Brasil é, atualmente, conforme apontam os dados da FAO, o quarto maior produtor de coco do mundo, enquanto em 1990 o país ocupava apenas a décima colocação no *ranking* mundial.

<sup>6</sup> De acordo com a publicação anual da Revista Exame - Melhores e Maiores (2014).

<sup>7</sup> Somente Bahia, Ceará, Sergipe, Pará e Espírito Santo concentravam juntos, em 2010, por volta de 74% da quantidade produzida com coco e de 71% da área plantada com coqueiros no Brasil (PAM/IBGE).

## Referências bibliográficas

ALVES, G. Dimensões da reestruturação produtiva do capital: notas teórico-metodológicas. **O público e o privado**, Fortaleza, n. 11, p. 09-20, 2008.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1964.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

CAVALCANTE, L. V. **Os circuitos espaciais e os círculos de cooperação da produção de coco no Litoral Oeste do Ceará**. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2012.

CAVALCANTE, L. V. **La restructuration de la production de noix de coco au Brésil: enjeux et défis**. Le cas des nouvelles dynamiques socio-spatiales du Périmètre Irrigué Curu-Paraipaba. Mémoire de recherche (Master en Géographie). Université Paris 1 – Panthéon Sorbonne: Paris, 2014.

CAVALCANTE, L. V. **A nova geografia do coco: reestruturação produtiva, territorialização do capital e dinâmicas socioespaciais**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2015.

CAVALCANTI, J. S.; MOTA, D. M.; SILVA, P. C. Transformações recentes nos espaços da fruticultura do Nordeste do Brasil. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste, p. 117-150, 2006.

COSTA, J. E.; GEBARA, J. J. A cadeia produtiva do coco em Sergipe. In: GERARDI, L. H.; MENDES, I. A. (Orgs.). **Teoria, técnica, espaços e atividades: temas de Geografia contemporânea**. Rio Claro: UNESP, p. 177-198, 2001.

CUENCA, M. G.; NAZÁRIO, C. C. **Comportamento da cocoicultura nos tabuleiros costeiros do Ceará**. Sua evolução entre 1990 e 2002. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura**. São Paulo: EdUSP, 2003a.

ELIAS, D. Agricultura científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, M. A. A. (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, p. 315-340, 2003b.

ELIAS, D. Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário. In: SILVA, J. B.; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, p. 429-461, 2005.

ELIAS, D. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste, p. 25-82, 2006.

ELIAS, D. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, C.; RUA, J.; RIBEIRO, M. Â. (Orgs.). **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 49-66, 2007.

FABRINI, J. E. Agronegócio e latifúndio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 1, p. 35-62, 2008.

FONTES, H. R. *et al.* **Sistema de produção para a cultura do coqueiro**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2002.

GOMES, M. T. O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. **Ra'ega**, Curitiba, v. 21, p. 51-77, 2011.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

JEAN, Y. L'agriculteur, la ruralité et le géographe: pour une socio-géographie des agriculteurs. **Revue de Géographie Alpine**, Grenoble, t. 91, n. 4, p. 31-41, 2003.

MARTINS, C. R.; JESUS JÚNIOR, L. A. **Evolução da produção de coco no Brasil e o comércio internacional - Panorama 2010**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-território**, Uberlândia, v. 05, n. 10, p. 05-64, 2010.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2009.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

SIMÕES, R. M. A. Comentário do mapa da produção de côco-da-bahia no Estado da Bahia. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano XII, n. 123, p. 435-437, 1954.

SOJA, E. La réaffirmation de l'espace dans la théorie sociale : la prochaine *fin de siècle*. In: BENKO, G. (Org.). **Les nouveaux aspects de la théorie sociale**. De la géographie à la sociologie. Caen: Paradigme, p. 01-14, 1988.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Recebido em 01/05/2016.

Aceito para publicação em 25/05/2017.